

INSTITUIÇÃO E ACONTECIMENTO

(Notas sobre as tensões entre o **eclesiástico** eo **eclesial**
no interior da comunidade cristã)

Zwinglio M. Dias
Universidade Federal de Juiz de Fora
Membro do CEDI e do C. M. I.

Preliminares

O alcance e a complexidade desta temática são demasiadamente extensos para serem tratados com exaustividade nos limites de um artigo como este. Tanto a análise do desenvolvimento histórico da instituição Igreja — e dentro dele, das instituições eclesiásticas que compõem o Corpus protestante latino-americano —, como o estudo do acontecimento fundamental que deu origem ao Cristianismo — ou seja, a totalidade do acontecimento cristológico — exigem um tratamento interdisciplinário que ultrapassa as possibilidades de um tratamento da natureza do que nos é permitido apresentar a nível de artigo.

Mas o problema está colocado pela própria realidade que nós, com nossa dupla identidade de latino-americanos e cristãos, experimentamos no interior de nossas instituições eclesiásticas e de nossas sociedades como um todo. As transformações históricas vividas pelas sociedades latino-americanas especialmente nos últimos 25 anos impactaram as Igrejas e mudaram positiva ou negativamente suas atitudes e formas de relacionamento com estas sociedades, o que, por sua vez, produziu não poucas tensões entre os cristãos que, embora unidos numa mesma intenção de fidelidade ao Evangelho, se encontram ideologicamente divididos em relação ao projeto histórico que propugnam para suas sociedades. Estas divisões atravessam as separações históricas que deram origem às diversas instituições eclesiásticas, protestantes; também se encontram no interior do Catolicismo e já ultrapassaram as diferenças dogmáticas entre este e o Protestantismo. Trata-se de um verdadeiro divisor de águas ideológico que está na base das formas de mediação histórica do acontecimento cristão primordial, quando este se cristaliza numa forma institucional.

Com estas ressalvas procuraremos destacar alguns elementos que estão na raiz das tensões criadas pela interação dialética entre o **eclesiástico** (ou seja, o oficial, o que parte da estrutura normativa da institui-

ção eclesiástica e configura o seu discurso) e o **eclesial** (isto é, as manifestações que irrompem no meio dos cristãos reivindicando maior grau de fidelidade ao acontecimento-fonte e contradizendo o discurso “ortodoxo” da instituição) que, em forma dramática, caracterizaram até aqui a prática cristã-evangélica em nosso continente. E isto faremos com o objetivo de destacar o lugar e a importância da persistência de tais tensões no seio da comunidade cristã global (com suas instituições, grupos de base, movimentos etc.) como a única forma para manter-se aberta à atuação sempre inédita do Espírito e não deixar-se instrumentar pelos diferentes grupos de poder que, dominando a sociedade, procuram uma e outra vez domesticar os portadores do Evangelho para torná-los transmissores de sua particular e interessada visão-de-mundo.

Metodologicamente trataremos em primeiro lugar, ainda que em forma sumaríssima, o processo de formação da Igreja, examinando alguns aspectos do relato neotestamentário e, em seguida, procuraremos destacar algumas das características da instituição como fenômeno social e da Igreja como instituição sociologicamente situada para pôr em relevo as tensões oriundas da dialética constitutiva de seu ser-no-mundo. Isto é, falaremos do conflito sempre presente entre carne e espírito, lei e graça, obras e fé, conservação do passado e abertura ao futuro, memórias e esperanças, ou... instituição e acontecimento.

Trataremos, pois, de estabelecer um marco histórico-teológico de referência e um marco sociológico de análise que nos possibilitem um novo horizonte de reflexão, capaz de ajudar-nos a superar as tentações de unilateralismo que nos levam a ver ou nas **instituições eclesiásticas** historicamente dadas, ou nos **acontecimentos eclesiais** de emergência recente, o único meio de manifestação do Espírito, amputando assim um dos termos da relação dinâmica que preside o trabalho de Deus com os homens.

A Emergência Histórica da Igreja

1. Falar da instituição eclesiástica e do acontecimento fundamental que a trouxe à existência significa simplesmente falar da Igreja. Um rápido folhear das páginas do relato neotestamentário nos permite inferir duas coisas com respeito à formação da Igreja cristã:

- (a) **Jesus pregou o Reino de Deus, mas não se preocupou em “programar” a Igreja para os tempos vindouros.**

Toda a pregação e ensino de Jesus foram centralizados numa única preocupação: a proclamação da instauração e realização nele, do Reino de Deus. Seu ministério se caracterizou por uma acentuada ênfase escatológica que o enquadrava na linha dos grandes profetas de Israel. A luta que manteve com as autoridades religiosas de seu tempo se inscreve no tradicional conflito entre profetas e sacerdotes do Antigo Testamento e a

multidão o seguiu porque viu nele a continuidade de grande tradição profética israelita. Seu anúncio não foi outra coisa que a proclamação do cumprimento da promessa uma vez feita ao povo escolhido. Cumprimento este que se realiza nele, que surge como o portador e instaurador do Reino de Deus entre os homens. Nesta perspectiva escatológico-messiânica não há lugar para a Igreja que só vai aparecer depois de sua ressurreição.

Os doze homens que ele chamou para que o acompanhassem em seu trabalho não foram convocados para se constituírem no grupo inicial de uma suposta sociedade jesuânica, como muitas vezes somos levados a pensar; eles simbolizam escatologicamente o juízo e a restauração das doze tribos de Israel (Mt 19,28; Lc 22,29). A importância dos discípulos não se baseava no fato de serem eles apóstolos (isto ocorrerá depois) mas no fato de que eram doze. Tanto é assim que o evangelista Marcos quando se refere a eles o faz sempre com a expressão "os doze".

Na proclamação de Jesus o Reino tem uma significação essencialmente escatológica. Não se trata de uma teocracia nacional geograficamente delimitada e politicamente configurada como era esperado tanto pelo Judaísmo oficial como pelos grupos messiânicos então existentes (zelotes, essênios etc.). Para Jesus, o Reino se traduz num novo ordenamento histórico do mundo cujo centro é Deus mesmo. Sua pregação neste sentido se dirige fundamentalmente a todos os judeus, a todos Israel como povo escolhido, para tornar realidade esse Reino entre os homens. Seu objetivo, portanto, não é formar uma nova comunidade ao lado das tantas outras já existentes, mas obter a conversão ao Povo de Deus (Israel) à vontade soberana do Deus da Aliança, de modo que leve à prática a promessa uma vez feita a Abraão de que nele "serão benditas todas as famílias da terra" (Gn 12,3). Sua pregação, portanto, é particularista. Mas se trata de um particularismo que não se esgota em si mesmo, porém se constitui no fundamento da intenção salvífica universal de Deus, cuja eficácia histórica só se concentrará através da eficácia do Povo. Escatologicamente a salvação de todos (a Humanidade) depende da conversão de alguns (Israel). A realização do plano universal de Deus dependia, pois, da eficácia histórica da atuação de um grupo como sinal do Reino, da nova ordem de relações a ser instaurada entre os homens.

Os modernos tratamentos exegéticos dispensados aos documentos que constituem o Novo Testamento são unânimes em constatar que a Igreja que nós conhecemos a partir dos relatos dos Atos dos Apóstolos não fazia parte dos planos de Jesus. Mesmo nos relatos sobre a Santa Ceia narrados pelos evangelistas não há evidência do contrário. Como muito bem assimilou L. Boff:

"As várias ceias que Jesus realizou não só com os discípulos, mas especialmente com os marginalizados social e

religiosamente, possuíam um significado salvífico-escatológico: Deus oferece a salvação a todos e convida indistintamente bons e maus à sua intimidade. O caráter escatológico da última ceia, como símbolo da ceia celestial dos homens no Reino de Deus, transparece muito claramente no texto lucano"¹.

(b) Sob a inspiração do Espírito, a Igreja surge de uma decisão dos discípulos, motivados por uma urgência missionária.

A partir do relato do livro dos Atos dos Apóstolos, se deduz que estes não fundaram a Igreja imediatamente depois do evento pentecostal. Como bons judeus e atentos às recomendações de Jesus, trataram de conquistar seus compatriotas para o Reino, confiados em que o Ressuscitado logo retornaria para restaurar definitivamente a Israel. O fato de tratarem de recompor o grupo dos doze, que ficara desfalcado com a "saída" de Judas, é um sinal evidente disso. Entretanto a conversão de helenistas, o incidente do Cornélio, a prisão de Pedro, o martírio de Estêvão e, fundamentalmente, a falta de interesse dos judeus por sua pregação os levaram a ir em pós dos gentios e a não mais esperar a Parusia do Senhor como iminente. Isto é, ao darem um sentido missionário a sua pregação eles criaram as condições para o surgimento da Igreja.

Para dar este passo, no entanto, tiveram eles de reinterpretar a mensagem escatológica de Jesus, transformando sua pregação do Reino numa doutrina da Igreja e do futuro dos homens. Jesus mesmo passou a ser entendido como o elo entre a Igreja e o Reino. Aquela surgia assim no plano da história como o instrumento de proclamação do Reino a todos os homens. Os discípulos se transformam em apóstolos, ou seja, em **enviados**. Como tais eles pertencem agora à Igreja e não ao Reino. Por seu lado, a eucaristia assume um lugar de preponderância na vida da comunidade que, como anunciadora do Reino já instaurado em Jesus Cristo e, portanto, como continuadora de seu serviço ao mundo, se alimenta do corpo e do sangue do Crucificado, tornando-se ela mesma corpo de Cristo para o mundo.

A instituição da Igreja emerge assim na história como produto da ação salvífica do Espírito para anunciar a mensagem libertadora do Reino já inaugurado em Cristo, mas ainda não plenamente realizado para todos os homens. Assim ela nasce como uma "instituição para os outros", sem objeto em si mesma. Sua missão é, essencial e existencialmente, sua razão de ser. A completa realização do Reino dependerá agora da eficácia histórica de sua ação sob as orientações inéditas do Espírito.

Mas se a Igreja não irrompe entre os homens como um acontecimento pré-pascal isto não significa que ela não tenha tido ali os ger-

mens que possibilitaram sua manifestação pós-pascal. Com efeito, a pregação do Reino por parte de Jesus, o que o levou à cruz, é parte integrante do nascimento da Igreja. Os relatos dos Atos dos Apóstolos deixam claramente estabelecidos que se a Igreja é um evento pneumatológico, ou seja um acontecimento sacramental (*mysterion*) para o mundo, provocado pela ação do Espírito, o é tendo como seu centro estruturante a pessoa mesma de Jesus Cristo tanto em sua dimensão histórica — Jesus de Nazaré — como em sua dimensão teológica — o Cristo da fé. Em consequência, como muito bem o expressou Hans Kueng:

“A Igreja tem a sua origem, não simplesmente nos discípulos, nos desígnios e na missão do Jesus pré-pascal, mas sim no conjunto do acontecimento cristológico; ou seja, em toda a ação de Deus em Jesus Cristo, desde o seu nascimento, vida pública e chamamento dos discípulos, até à sua morte e ressurreição e à descida do Espírito sobre as testemunhas do Ressuscitado. Não foi apenas a palavra e o ensinamento do Jesus pré-pascal, mas sim a ação de Deus, na ressurreição do Crucificado e na plenitude dos dons do Espírito, que transformou o grupo daqueles que em comum acreditavam em Jesus ressuscitado na comunidade daqueles que — ao contrário do antigo povo de Deus descrente — reclamavam ser o novo Povo de Deus escatológico”².

A história que se desenvolve desde as páginas do Novo Testamento até nossos dias nos apresenta uma Igreja que surgindo como comunidade informal, foi se institucionalizando de maneira cada vez mais complexa, em virtude de sua progressiva adesão e sujeição às distintas realidades sócio-políticas, culturais e econômicas das sociedades humanas nas quais foi assumindo contornos sociológicos definidos. As formas de sua institucionalização foram-se diferenciando segundo as conjunturas históricas que se foram sucedendo, apanhando-a num processo dialético onde sua fidelidade ao acontecimento crístico passou a ser determinada em maior ou menor grau pelos interesses da instituição social em que se foi desenvolvendo. Daí que, em seu peregrinar histórico tenha ela tanto obscurecido como revelado a Jesus Cristo aos homens. E isto na justa medida em que se ia abrindo ou fechando-se à direção do Espírito que lhe deu origem. Ou seja, na medida em que se deixou questionar pelo Acontecimento que a ocasionou.

2. Pelo dito até aqui torna-se evidente que não se pode fazer um discurso sobre a Igreja sem falar ao mesmo tempo do Reino de Deus. A Igreja surgiu na história por e para a proclamação desse Reino, e, desde a perspectiva do Novo Testamento não se pode conceber a Igreja sem referenciá-la integralmente ao Reino anunciado por Jesus Cristo, pois este é o

que justifica a sua existência e orienta a sua presença na história. Mas, que significa esta expressão ? Que realidades o Reino descobre e articula ?

A tentativa de definição formulada por L. Boff nos parece muito sugestiva. Ele diz:

“Reino de Deus é a expressão que designa o senhorio absoluto de Deus sobre este mundo sinistro e oprimido por forças diabólicas. Deus vai sair de seu silêncio milenário para proclamar: Eu sou o sentido e o futuro último do mundo. Eu sou a libertação total de todo mal e a libertação absoluta para o bem. Com a expressão Reino de Deus, Jesus articula um dado racial da existência humana, seu princípio-esperança e sua dimensão utópica. E promete que já não será **utopia** objeto de ansiosa expectativa (Lc 3.15) mas **topia** objeto de alegria para todo o povo (Lc 2.9). Por isso suas primeiras palavras de anúncio são: Terminou o tempo de espera. O Reino de Deus está próximo. Mudem de vida. Creiam nesta alegre notícia.” (Mc 1.14)³.

Esta perspectiva se fundamenta na compreensão da existência de uma única história criada e permeada pela ação de Deus. Esta ação não é, então, alguma coisa de especial que se concretiza em algum momento do seu desenvolvimento. Mas em razão de seu caráter totalizante, o Reino se apresenta em Jesus Cristo como a manifestação central da atividade sempre presente de Deus na história. Assim é que ele se apresenta em sua dupla dimensão de Reino escatológico, que nada tem que ver com uma realidade que se desenvolve fora dos limites de nosso mundo histórico: ele é expressão da atividade de Deus em **nossa** história em função de seu projeto escatológico: a libertação do horizonte da vida dos homens para com isto possibilitar-lhes a liberdade de construção de seu próprio futuro.

A proclamação do trabalho escatológico de Jesus Cristo por parte da Igreja não consiste, portanto, no anúncio de uma salvação de almas individuais ou de uma nova interpretação religiosa do mundo e da vida, mas no esforço pela libertação do homem de todas as formas de escravidão e medo que o oprimem e o tornam menos homem. Em Jesus Cristo Deus assume a totalidade da condição humana e lhe imprime uma direção qualitativamente nova, dá-lhe um novo conteúdo que se expressa na boa-notícia para os pobres, a libertação dos oprimidos, o perdão para os pescadores e a vida para os mortos (Lc 4. 18-21; Mt 11.3-5). Ou seja, a proclamação do Reino aponta para a revelação do futuro no meio do presente e nos recorda o fato de que na prática de Jesus, o Reino de Deus foi instaurado com toda a sua eficácia histórica.

Entretanto isto não quer dizer que em função da atividade de Deus a eficácia histórica do homem seja subestimada. Jesus pregou exata-

mente o contrário. O Reinado de Deus está entre vocês, disse ele (Lc 11. 20 e 17-21). Isto é, o Reinado acontece em e através da história que os homens vão construindo, ainda que a supere. A contínua conversão da Igreja aos propósitos do Reino, a qual se revela na busca constante do significado do acontecimento original para a sua presente conjuntura histórica, exige dela não uma simples reforma ou modernização de suas estruturas, mas uma orientação totalmente nova de seu que-fazer histórico em função daquilo que a atividade de Deus que se desenvolve além dela mesma, está provocando entre os homens.

A Igreja pois, não é o Reino, não se identifica com ele, mas o assinala e promove no meio da história. Daí que o viver institucional da Igreja deva ser encarado sempre como provisional e necessitado de transformação. Deve estar continuamente sob o juízo do acontecimento do qual se originou sob pena de negá-lo totalmente e, assim, perder os rastros do Espírito em meio às marchas e contra-marchas da história humana.

Do Acontecimento à Instituição

O processo de institucionalização do acontecimento fundamental — o evento cristológico em sua totalidade — foi e tende a ser sempre mediado pelos elementos culturais e ideológicos dominantes dentro da sociedade onde esse processo ocorre, pois a fé tem necessidade de um conduto ideológico que a expresse e articule. O fato da justaposição de diferentes teologias no Novo Testamento, por exemplo, constitui manifestação objetiva disso, assim como as lutas que desde o princípio vêm dividindo os cristãos.

Como a história nos demonstra, o Cristianismo sempre viveu dominado por uma tensão entre uma versão institucionalizada do acontecimento crístico, cujo discurso sempre respondeu aos interesses dos grupos dominantes na Igreja e na sociedade, e uma versão discordante que se lhe contrapõe, portanto "herética" — em relação ao discurso oficial, defendida por grupos sem poder tanto no interior da Igreja como na sociedade. Estes têm defendido em todos os tempos uma explicitação do acontecimento por parte da instituição mais acorde com a realidade, tanto do próprio acontecimento (desmascaramento ideológico) como da própria conjuntura histórica (exigência de análise da realidade fora de uma perspectiva de poder).

A partir do momento em que o Cristianismo passou a ser vítima de uma instrumentalização pelos setores dominantes e foi articulado como uma versão ideológico-religiosa da ideologia dos mesmos dentro da sociedade, a Igreja passou a se constituir numa das mais importantes instituições sociais por ser justamente aquela que se encarregaria de elaborar o discurso ideológico que explicitaria, em termos da simbologia religio-

sa, a visão de mundo própria dos poderosos. O Acontecimento fundamental passou, então, a ser interpretado pela instituição segundo os variáveis interesses de suas funções sociais. Interesses estes impostos pelas exigências de funcionalidade do aparelho do Estado ao qual foi atraída e outros surgidos em consequência da própria dinâmica que ela como instituição pôs em andamento. Isto começou de modo claro e determinante na era constantiniana e caracterizou daí por diante a história da Igreja Cristã. O conjunto de fenômenos sócio-políticos, econômicos e culturais que a partir de então e em forma crescente darão origem a uma diversificação de instituições eclesásticas (Cisma de Constantinópla, Reforma, Movimentos reavivalistas dos séculos XVII e XVIII, para apenas mencionar os mais conhecidos) ocorrerão em grande medida determinados pelos problemas oriundos desta forma de mediação.

Naturalmente que as coisas em sua concreção histórica não foram tão simples como as temos esquematizado. Mas a forma como nos estamos referindo a estes dados da história procura desnudar ao máximo o Acontecimento fundamental da relação entre a fé e as formas ideológicas de apreensão e explicitação da realidade pelos condutos religiosos.

Com isto queremos apenas sublinhar que a Igreja enquanto instituição social tende a funcionar como todas as instituições que surgem da convivência humana. Mas, de que se trata quando falamos de instituição social ? De acordo com uma curta mas objetiva definição de R. Alves:

“Uma instituição é um mecanismo social especializado que programa o comportamento humano, seja o pensamento, seja a ação. (Ela)... é a memória socializada da sociedade, memória prática que preserva as soluções sem, entretanto, ter consciência de suas origens. (Elas)... são, assim, respostas a problemas concretamente vividos e elas se justificam na medida em que preservem a sua eficácia prática”⁴.

De acordo com esta definição se poderia dizer que a instituição transmite e impõe normas e comportamentos que, por terem resultado “funcionais” para a obtenção de determinados objetivos passam a ser considerados como os que melhor correspondem à necessidade dos indivíduos. Ou seja, a instituição programa de acordo com a natureza de seus fins os comportamentos, as atitudes, as crenças e as ações dos indivíduos. Mas pelo fato de viver do passado cada instituição, inclusive a Igreja, tende a ser estática; ela não inova. A repetição de respostas que uma vez se mostraram eficazes e a imposição destas respostas como norma axiológica constitui seu princípio fundamental. É por isso que a instituição é incapaz de propiciar atitudes criativas, pois seu horizonte ficou no passado. R. Alves destaca que “na medida em que as instituições funcionam de forma adequada o discurso a seu respeito se caracteriza pelos seguintes elementos:

1. Suspendemos todas as nossas dúvidas a seu respeito. Funcionalidade é interpretada como verdade. E as instituições deixam de ser entendidas historicamente contingentes e passam a ser interpretadas como ontologicamente necessárias.

2. O discurso sobre as instituições assume a forma de justificação ideológica das mesmas. No caso específico da Igreja, justificação teológica. A instituição é uma necessidade divina. Esta é a função de fórmula como "a instituição é a criação divina", "o mistério da Igreja", "o corpo de Cristo", "a objetivação do Espírito" etc.

3. A descrição das realidades institucionais, descrição ideológica, é feita com o propósito de se derivar dela o imperativo. O indicativo das instituições é o imperativo do comportamento. Em outras palavras: o comportamento deve ser adaptativo. A função do indivíduo é ajustar-se ao todo e contribuir para a sua preservação e expansão.

4. Finalmente, o discurso se caracteriza pela proibição do dizer crítico e pela obrigatoriedade do dizer apologético"⁵.

Por estas características as instituições tendem sempre a reprimir as manifestações vitais da comunidade humana onde atuam, pois a vida é regida pelas leis da mudança, da transformação, da criação e da "re-criação". A vida é movimento, busca incessante do novo, do inédito. Mas a instituição tende ao imobilismo. Assim, no momento em que novas situações e novos problemas começam a surgir e para os quais as instituições não possuem uma resposta satisfatória, surge a crise entre estas e aqueles aos quais deveria oferecer novas soluções. A partir desse momento a instituição perde sua autoridade frente a eles e, por conseguinte, o monopólio das respostas. A tensão aflora e um novo discurso começa a tomar forma buscando uma interpretação totalmente distinta ao discurso elaborado pela instituição em função de situações passadas mas que ainda procura impor pela força de uma autoridade criada e alimentada pela crença de sua necessidade ontológica. É por este caminho que a instituição pode chegar às formas mais ousadas de repressão dos focos "heréticos".

No caso da Igreja o surgimento de grupos com um discurso diferente do oficial (institucional) sempre se deu quando a instituição eclesiástica deixou de perceber as transformações da realidade e continuou insistindo num tipo de "pregação" que perdera pertinência por continuar referindo-se a uma realidade já superada. Este fato está muito bem exemplificado nas contendas dos primeiros cristãos e desde então marcará o caminho da Igreja na história. A Reforma é um exemplo maior do empenho pela busca de maior correspondência entre a mensagem original e a realidade de uma determinada conjuntura histórica. O movimento profético do Velho Testamento é uma manifestação paradigmática deste mesmo fato. Em todas estas situações se observa a presença de um denominador

comum: a referência ao acontecimento fundamental e o esforço para que o discurso original da fé mantenha pertinência com as novas experiências históricas que a instituição não percebe ou não pode perceber.

A vida da Igreja é, por isso, a história das tensões ocultas ou abertas entre o discurso eclesialístico (institucional, oficial, ortodoxo) e as tentativas de novos discursos oriundos de grupos eclesiais (não-institucionais, não-oficiais) para fazer uma nova interpretação ou uma nova mediação do acontecimento primigênio que deu origem à instituição.

A Modo de Conclusão

1. A atuação do Espírito na história ultrapassa as fronteiras sociológicas da Igreja e se revela em todas as aspirações verdadeiramente humanas à liberdade, à justiça e à fraternidade, pois seu cometido é o Reino de Deus e não a Igreja. Esta, como um dos instrumentos da revelação e ação de Deus entre os homens (instrumento privilegiado, é certo) tem de estar sempre atenta aos "sinais dos tempos" para perceber os movimentos do Espírito e secundá-lo em seu trabalho libertador.

2. A instituição eclesialística, que existe como resultado de uma mediação histórica — ideologicamente condicionada — da totalidade do acontecimento cristológico, vive a tensão permanente entre as "solicitações do mundo" (por ser uma instituição social) e as exigências de fidelidade ao Espírito que a empurra pelos caminhos da história para a construção do Reinado de Deus entre os homens.

3. A permanência desta tensão é de fundamental importância para o contínuo dever da Igreja como comunidade do Senhor Ressuscitado. Somente o reconhecimento humilde e a aceitação das chamadas proféticas (**Kenosis** da instituição) que continuamente a remetem ao acontecimento cristológico e a convidam a uma conversão (metanoia) à ação do Espírito na história, fará dela serva fiel de Deus a serviço dos homens.

4. A conservação do espaço profético no interior da instituição é o único fato que **possibilita** e **garante** sua verdadeira obediência. Sua supressão revelaria não só a debilidade dos laços da instituição com o Acontecimento-fonte como sua total submissão "aos principados e potestades deste mundo". Neste caso a realidade do Reino não iluminaria mais seu horizonte e o Cristo louvado em seu interior não seria mais do que um ídolo.

NOTAS:

(1) BOFF, L., "Eclesiogênese", Ed. Vozes Ltda., Petrópolis, 1977, p. 59.

(2) KUENG, H., "A Igreja", 2 vols., Moraes Ed., Lisboa, 1969, I Vol., p. 111.

(3) BOFF, L., "Salvação em Jesus Cristo e Processo de Liberação", in Concilium, n. 96, 1974, p. 378.

(4) ALVES, R., "Instituição e Comunidade", Cadernos do ISER, Rio de Janeiro, 1975, p. 9.

(5) *Ibid.*, p. 10.